

Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 16/03/2016

- [Rio tem 42 mil crianças em filas para creches, diz Defensoria](#)
- [No caminho das prioridades públicas](#)
- [Escolas ensinam a lidar com as emoções](#)
- [Pernambucana adotada por casal francês e levada aos EUA procura família biológica](#)
- [Pesquisa sobre a Funase é apresentada hoje](#)
- [Um em cada cem bebês filhos de grávidas com zika nascem com microcefalia](#)
- [Eventos em Brasília fortalecem políticas públicas a favor do depoimento especial](#)

Assunto: Rio tem 42 mil crianças em filas para creches, diz Defensoria

Fonte: Portal Andi

Data: 16/03/2016



Em outubro de 2014, Ingrid dos Santos Galhardo tentou matricular o filho, então com 1 ano e seis meses, numa creche da prefeitura. Nada feito. Ao longo de 2015, a moradora de Jacarepaguá voltou diversas vezes à 7ª Coordenadoria Regional de Educação (CRE), na Barra da Tijuca, que atende a grande parte da Zona Oeste, mas saiu de lá sempre frustrada. Em novembro, sem ver outra opção, recorreu à Defensoria Pública do Estado do Rio, que levou sua reivindicação à Justiça. Em janeiro deste ano, foi expedido um mandado intimando o município a incluir o pequeno Yuri numa creche em até 90 dias.

"Perdi o emprego porque não tinha onde deixá-lo. Eu era balconista de loja. Como não tinha creche, eu pagava a uma pessoa para tomar conta dele, mas ficou caro demais, e passei a levá-lo para o trabalho. Não deu certo, é claro", lamenta a mãe de Yuri, que hoje tem 3 anos. "Todos os dias meu filho pergunta: "Mamãe, quando eu vou pra escola?". Ele se arruma, coloca até a mochila nas costas, e eu tenho que dizer que não tem escola".

O direito à educação infantil é assegurado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Mas, segundo levantamento da Defensoria do Rio, há hoje 42.640 crianças de 0 a 4 anos aguardando por vagas em creches no município. O número representa a soma das listas de espera de dez das 11 coordenadorias regionais de educação (a 2ª CRE, na Lagoa, não enviou as informações requisitadas). Só em Rio das Pedras, na Zona Oeste, a fila para o ano de 2016 seria de 8.037 nomes.

No último dia 12 de fevereiro, o órgão entrou com uma ação civil pública na 1ª Vara da Infância e da Juventude para obrigar a prefeitura e o governo estadual a construir unidades

infantis ou celebrar convênios com esse fim no prazo de até um ano, “inclusive com planejamento que leve em consideração o aumento demográfico previsto para os próximos dez anos”, com o objetivo de zerar a fila.

Os defensores exigem ainda ressarcimento por danos morais de R\$ 20 mil para cada família não atendida e mais R\$ 10 milhões de indenização para a coletividade, também por danos morais.

"Ao longo dos anos, percebemos um aumento significativo de pedidos de vagas em creches na Defensoria. São famílias prejudicadas pela incapacidade de atendimento da prefeitura. Chegamos, então, à conclusão de que lidar com demandas individuais não é a melhor forma. Você resolve o problema de uma pessoa, mas deixa o sistêmico", comenta a defensora Elisa Cruz, subcoordenadora da Coordenadoria de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (CDEDICA). "A cidade precisa de mais creches, e isto é responsabilidade do poder público. A prefeitura investiu muito em reforma nos últimos anos, mas pouco em construção de unidades".

No texto da ação, a defensoria destaca a frequência com que o órgão vem sendo procurado por famílias que encontraram as portas das creches fechadas. No Núcleo de Primeiro Atendimento de Família, Juventude e Idoso de Jacarepaguá, por exemplo, entre janeiro e março de 2015, foram expedidos 95 ofícios de solicitação de vaga para a 7ª CRE e para a Secretaria Municipal de Educação (SME), além de 20 ofícios enviados diretamente para as creches e escolas e 34 ações para execução de sentença. “Considerando que a Defensoria Pública conta com 19 Núcleos de Primeiro Atendimento com atribuição em infância, é fácil concluir a inexistência de vagas em creche em quantitativo suficiente para atender à demanda, e isso sequer estamos considerando a demanda reprimida e ainda desconhecida pela Defensoria Pública”, relata o documento.

Esta não é a primeira ação movida contra a prefeitura devido a falta de vagas em creches. Em 2003, o Ministério Público ajuizou uma ação civil pública requisitando a matrícula de 10.829 crianças até fevereiro de 2004 sob pena de multa diária ou a inscrição em creches particulares às custas do município, além de bloqueio de recursos. Em março de 2008, uma sentença determinou a prefeitura a matricular todas as crianças comprovadamente em lista de espera em instituições privadas ou públicas, o que não aconteceu.

Prefeitura promete mais 55 unidades

De acordo com a ação movida pela Defensoria, o município não vem investindo, ano após ano, o suficiente para ampliar sua rede de forma a atender toda a demanda. Mas, em nota enviada ao GLOBO, a SME informou que a prefeitura, desde 2009, implantou 218 unidades do programa Espaço de Desenvolvimento Infantil (EDI), criando 42.585 vagas. Segundo o órgão, até o final de 2016 serão inauguradas mais 55 unidades. “Atualmente, mais de 69 mil crianças são atendidas, somente na modalidade creche, em 218 EDIs, 247 creches e em 163 unidades conveniadas da Rede Municipal”, afirma a secretaria, acrescentando que “a previsão é que os investimentos no campo da Educação Infantil, somente em construções e reformas de novas unidades, ultrapassem os R\$ 780 milhões de 2009 a 2016”.

Ainda segundo a SME, cerca de 4 mil professores de educação infantil foram convocados nos últimos sete anos.

Já o governo estadual, também alvo da ação da Defensoria Pública, informou, por meio de nota enviada pela Secretaria de Estado de Educação (Seeduc), que atua em colaboração com os municípios, compartilhando espaços com as prefeituras para oferta de ensino infantil. “No entanto, é necessário esclarecer que o Estado, por meio de legislação vigente, não tem que assegurar a educação infantil em creches e pré-escolas”, diz o comunicado.

Falhas históricas no país

Para o presidente do Instituto Alfa e Beto, João Batista Oliveira, o grande problema das creches no Brasil é a qualidade do serviço oferecido.

"O custo de construir uma creche é trivial face ao custo de operar, que é o verdadeiro problema. É caro ter funcionário, educador. A creche, no Brasil, de tão ruim, até atrapalha. Tem que ter professor, formado em pedagogia. Hoje o curso não prepara. O aluno estudou até antropologia na faculdade, mas sai de lá sem saber trocar uma fralda", critica o especialista, autor do livro “Repensando a educação brasileira”.

Coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Daniel Cara destaca que as falhas de atendimento no ensino infantil são históricas no país, e que, por isso, observa-se hoje uma tendência de judicialização da educação.

"O problema da creche no Brasil é histórico. O país patina nisso, já que é mais caro manter essas unidades do que outras, devido à necessidade de mais profissionais em sala".

Assunto: No caminho das prioridades públicas
Fonte: Portal Andi
Data: 16/03/2016



Cada R\$ 17 investidos na educação de um adolescente ou jovem adulto é equivalente ao investimento de apenas R\$ 1 em sua primeira infância, para ter resultados semelhantes de aprendizado e cognição. Isso significa que os montantes aplicados nos seis primeiros anos de vida de uma criança representam uma economia significativa no que diz respeito ao cenário da educação. A informação não é nova e tem gabarito: foi projetada pelo ganhador do Prêmio Nobel de Economia James Heckman há anos – e, ainda assim, a maior parte das políticas públicas de educação se volta ao ensino fundamental ou superior. Pernambuco começa a dar amplitude ao tema para contornar o tempo perdido e repensar a formação das próximas gerações. Em novembro, pela primeira vez, o Seminário Internacional de Desenvolvimento da Primeira Infância deixa São Paulo e desembarca no Recife. A partir de hoje, uma delegação do estado, incluindo o secretário estadual de Educação, Fred Amâncio, e a primeira-dama Ana Luíza Câmara, seguem para a Universidade de Harvard, nos EUA, onde darão início a um curso que tem como proposta a criação de projetos voltados à primeira infância a serem implementados nos estados brasileiros.

As iniciativas vêm numa hora propícia à discussão do tema, uma vez que, no último dia 8 de março, a presidente Dilma Rousseff sancionou a PLC 14/2015, conhecida como Marco Legal da Primeira Infância. O documento altera não apenas condições previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), como da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Entre os exemplos, estão que homens poderão se ausentar do trabalho por até dois dias, sem descontos no salário, para acompanhar a companheira grávida em exames ou consultas médicas e, caso seu órgão empregador esteja vinculado ao programa “Empresa Cidadã”, poderão ter licença-paternidade de até 20 dias.

De acordo com a socióloga e secretária da Primeira Infância no Ministério da Educação, Rita Coelho, a pasta tem sentido fortemente os efeitos da retração econômica, o que significou muitos cortes desde 2015, em especial em programas como o Pronatec e o Proinfância. Além disso, como a educação infantil nunca teria sido prioridade, as pautas passaram muito tempo engavetadas. “Agora, com (Aloízio) Mercadante está mais fácil. Ele é um articulador e destravou um pouco as pautas de educação”, afirma, sobre o novo líder ministerial, que substituiu Renato Janine Ribeiro em 2015.

Rita Coelho também defende a mudança na priorização da educação, mudando o foco dos anos finais para os iniciais, o que vai além da meta de universalização do acesso a creches, com prazo de exigência previsto ainda para 2016. “Não basta ampliar o acesso, mas pensar em qualidade. É muito claro o efeito da desigualdade estrutural no país e, na educação infantil, ela se manifesta da mesma forma que na saúde, justiça ou assistência social. Ampliar de qualquer forma só vai ampliar a desigualdade”.

Segundo a mestre em políticas públicas pela Universidade de Chicago e superintendente do movimento Todos pela educação, Alejandra Meraz Velasco, há um movimento internacional que se volta a discutir educação infantil – uma agenda regional na América do Sul que conta ainda com EUA, França e México. “Entre as diretrizes, está colocar 100% das crianças entre 4 e 17 anos na escola, garantindo que elas estejam plenamente alfabetizadas até os 8 anos e com o ensino médio concluído até os 19 anos”, explica. Entre os dados, aponta para dificuldades regionais. “O Nordeste, surpreendentemente, exibe os índices mais altos de disponibilização de creches para crianças entre 4 anos e 5 anos no país, mas esse dado não se reflete nas demais áreas da educação e não há informação sobre a qualidade do que é ofertado”.

Marco Legal

O que muda com o Marco Legal?

No ECA

Enuncia a corresponsabilidade de pais e mães no cuidado e educação dos filhos
Prevê atenção especial à atuação de educadores nos serviços de acolhimentos de crianças até 3 anos

Assegura o direito de ao menos um dos pais permanecer em tempo integral em UTIs neonatais como acompanhante

Na CLT

Aumenta de 5 dias para 20 dias o prazo da licença-paternidade de empregados em instituições ligadas ao programa “Empresa Cidadã”

Garante direito ao trabalhador de acompanhar companheira gestante até duas vezes em consultas médicas e exames ou o filho ao médico 1 vez por ano

No Código Penal

Prevê possibilidade de substituição de prisão preventiva por domiciliar para gestantes e em caso de mulheres e homens responsáveis pelo cuidado dos filhos com menos de 12 anos
Prevê que autoridades policiais devem colher informações sobre filhos de indiciados e os registrem em autos de prisão em flagrante

Passaram por Harvard

Marco Legal da Primeira Infância (Brasília/DF):

Reuniu doze deputados federais, incluindo o então deputado e atual vice-governador pernambucano Raul Henry, pelo PMDB. Amplia direitos das crianças entre 0 e 6 anos e altera pontos do ECA e da CLT.

Programa Cresça com seu filho (Fortaleza/CE): Acompanhamento sistemático de famílias em situação de vulnerabilidade com crianças com até 3 anos. Agentes de uma rede interdisciplinar visitam a casa para instruir cuidadores sobre processo de formação das crianças.

Programa Família Que Acolhe (Boa Vista/RR):

Desde 2013, integra os serviços oferecidos a mães e filhos, garantindo marcações únicas de consultas, exames e procedimentos, além de desburocratizar acesso à educação da criança. Também foi criada a Universidade do Bebê, para acompanhar o desenvolvimento deles.

Programa Agapi (Arapiraca/AL):

Atua em 10 comunidades vulneráveis com a capacitação de agentes comunitários, de saúde, professores e diretores de creches e centros de assistência social para lidar com crianças com menos de 6 anos e ainda impedir sua exposição à violência.

Assunto: Escolas ensinam a lidar com as emoções
Fonte: Portal Andi
Data: 16/03/2016



No fim do ano, escolas não esperam que os alunos tenham aprendido só a fazer contas, interpretar um texto ou saber o nome dos Estados brasileiros. Colégios particulares e da rede estadual de São Paulo estão adotando estratégias para que desenvolvam habilidades socioemocionais, como cooperação, empatia, senso crítico e curiosidade.

"Essas habilidades estão intimamente ligadas às cognitivas. São elas que potencializam e aprofundam o aprendizado. A escola que decide trabalhar o lado socioemocional precisa mudar a sua estrutura, suas aulas. Porque esse não é um trabalho intuitivo, ele precisa ser planejado", observa Márcia Almirall, orientadora pedagógica do Colégio Santa Maria, na zona sul de São Paulo.

No ano passado, a escola capacitou os professores para que as práticas pedagógicas fossem alteradas em sala de aula. Para os alunos do fundamental 1 (do 1º ao 5º ano), as carteiras foram alteradas para facilitar o trabalho em grupo. Os docentes também são estimulados a darem aula em locais diferentes, como no pátio ou no jardim.

"Em todas as disciplinas é possível desenvolver as habilidades socioemocionais, se nos planejarmos. Então, nas aulas de matemática, todos trabalham em grupos. Em português, fazem rodas de conversa para discutir a disciplina. Em tudo dá para trabalhar, se soubermos estimular os alunos da maneira correta", afirma Márcia.

O ensino socioemocional foi adotado em 2015, de forma experimental, em 17 escolas da rede estadual. Para este ano, o número subiu para 145, todas com período integral e ensino fundamental 1. "Estamos consolidando a ideia de que não é possível fazer um bom trabalho sem focar nessas habilidades (socioemocionais). Com o tempo, esse projeto vai ser ampliado para todas as unidades", diz Ghisleine Trigo, coordenadora de gestão da Educação Básica da Secretaria Estadual de Educação.

Suporte

A ideia ao desenvolver habilidades socioemocionais nas crianças é dar ferramentas para que consigam lidar da melhor forma em situações de conflito e assim reduzir a vulnerabilidade dos estudantes. A escola estadual Professora Irene Ribeiro, na Vila Carrão, zona leste, foi uma das que recebeu o projeto no ano passado. Todos os professores foram capacitados para o novo modelo, aplicado em todas as disciplinas.

Elaine Carapiá, que dá aula para o 3º ano, conta que as mudanças fizeram com que o professor se tornasse uma peça menos central na sala de aula e mais um mediador para que os alunos tivessem mais espaço para tirar dúvidas e aprender com os colegas. As aulas também falam sobre os sentimentos e como lidar com eles.

"Eles vivenciam situações muito difíceis em casa que podem impactar o aprendizado. Outro dia um estudante disse que os pais estavam brigando e jogaram as alianças no lixo. O menino, de 7 anos, começou a cantar e aconselhou os pais a se acalmarem. Ele aprendeu na escola que, quando se está nervoso, é importante respirar e disse isso para os pais em um momento de conflito", relata Elaine.

Em todo início de aula, os alunos se sentam em uma roda para falar como estão se sentindo. Segundo ela, é importante estimular as crianças a se expressarem para ganhar confiança. "Mudamos muita coisa. Não temos mais apenas uma relação entre aluno e professor, mas entre seres humanos."

Preconceito

No colégio Pio XII, na zona oeste, os adolescentes do ensino fundamental 2 (do 6º ao 9º ano) têm uma vez por semana uma aula em que são estimulados a trabalhar com as emoções e a abordar temas em que podem ter preconceitos. A disciplina utiliza dinâmicas em grupo e exercícios em que a turma conta histórias ou assiste a filmes sobre temas como a morte ou as drogas.

"Percebemos que, quando eles entendem o que sentem nas mais diversas situações, se tornam mais tolerantes, prestativos, têm mais empatia com os colegas", afirma a psicóloga e professora Patricia Prado.

Para ela, como as crianças passam a maior parte do tempo no colégio e desenvolvem as primeiras relações sociais no ambiente escolar, é responsabilidade dos colégios não só transmitir conhecimento, mas também valores morais e éticos. "Além disso, um aluno que possa ter problemas em casa ou em se relacionar com os colegas, e não sabe como lidar com essas situações, vai ter queda no rendimento escolar."

No colégio Eduque, na zona sul da capital, estudantes do ensino fundamental 1 também contam com aulas voltadas para essas habilidades, uma vez por semana. Com livros e histórias, os professores desencadeiam discussões sobre as emoções.

"Com repertórios leves e lúdicos, ensinamos a entender o que é sentir raiva, tristeza, solidão, felicidade. Com esse conhecimento, eles se tornam mais respeitosos e compreensivos com os colegas", observa a coordenadora pedagógica Lucelena Martins de Souza.

Ao abordar esses temas, Lucelena considera que os docentes abrem um canal de confiança e diálogo com os alunos. "Quando eles têm um problema, sabem que podem contar para nós, que vamos ajudar. Assim, ninguém fica excluído ou sem a atenção devida."

Assunto: Pernambucana adotada por casal francês e levada aos EUA procura família biológica

Fonte: Diário de PE

Data: 16/03/2016



Mulher de 29 anos nasceu em São Lourenço da Mata e foi levada para um hospital do Recife e depois para o Lar do Neném.

Uma pernambucana de 29 anos está procurando ajuda pelas redes sociais para encontrar a família biológica. Maia Gabriela da Silva foi adotada antes de completar um mês de vida por uma família da França e levada desde então para os Estados Unidos. Hoje mãe de três filhos e casada com um brasileiro, Maia Gabriela da Silva usou sua conta na rede social Facebook para espalhar o apelo pelo mundo.



Maia Gabriela da Silva usou sua conta na rede social Facebook para espalhar o apelo pelo mundo

"Eu nasci no dia 16 de janeiro de 1987 possivelmente em São Lourenço da Mata, não tenho certeza do hospital, fui levada para Recife, Pernambuco para um orfanato chamado Lar do Nenen de onde eu fui adotada. Estou procurando pela minha família biológica. Eu não sei praticamente nada a respeito da minha mãe biológica. Sei apenas que ela era muito jovem. Eu gostaria muito de ter notícias sobre a minha mãe e/ou família a qual eu pertenco biologicamente. Eu tenho uma vida maravilhosa e absolutamente não quero causar problemas pra ninguém. Apenas

conhecer essa família da qual um dia eu fui separada. Apesar que não os conheço tenho muito amor em meu coração por eles. Eu tenho muita vontade de esclarecer pra mim mesma essa parte da minha vida", escreveu, no trecho em português do post publicado no dia 25 de fevereiro deste ano e que já recebeu 271 compartilhamentos.

Maia, que até hoje mora em Washington, pede a quem tiver qualquer tipo de informação entrar em contato pelo email: maiabrazil1987@gmail.com.

Cantor pernambucano encontrou família após apelo

Em 2012, outro pernambucano, o artista David Correy, adotado quando criança por uma família nos Estados Unidos, iniciava uma trajetória parecida em busca da mãe biológica. Durante uma apresentação no programa norte-americano de competição musical The X Factor, ele fez o apelo que emocionou pessoas em todo o mundo, entre elas o jornalista Ed Wanderley, do Diário de Pernambuco, que iniciou uma série de reportagens sobre o caso.

Com ajuda das reportagens publicadas no Diário, o músico acabou descobrindo o paradeiro de Luciene Correia de Lima, moradora de Jabotão dos Guararapes. Um trabalho de investigação jornalística com participação da jornalista Isly Viana, da TV Clube, que anhou as redes sociais e repercussão mundial e tem os bastidores e detalhes contados detalhadamente contados num hotsite bilíngue.



O músico David Correy reencontrou a mãe com a ajuda de uma série de matérias publicadas no Diário

Assunto: Pesquisa sobre a Funase é apresentada hoje
Fonte: Diário de PE
Data: 16/03/2016



Pesquisadores visitaram dez unidades na RMR em 2012 e encontraram adolescentes sem estudar

É horário escolar, mas alguns adolescentes em conflito com a lei internados nas unidades da Fundação de Atendimento Socioeducativo (Funase) são flagrados dormindo ou isolados, em castigo. Pesquisadores da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj) passaram dez dias visitando uma dezena de unidades da Funase na Região Metropolitana do Recife e constataram a inexistência de uma proposta pedagógica nesses espaços. Sem acesso às aulas, a ressocialização dos jovens fica ainda mais comprometida. As condições desses centros, captadas em 2012, serão debatidas hoje na Sala Calouste Gulbenkian, da Fundaj, em Casa Forte. O encontro é aberto ao público.

Para a pesquisadora Ronidalva Melo, na ocasião faltava na Funase um objetivo educacional a ser alcançado junto aos adolescentes internados e essa situação comprometia o resultado final. A disciplina, diz ela, é essencial para a educação, para viver em sociedade. E para isso é preciso rotina. “A educação oferecida não é para a cidadania. A educação não é só a prática de um esporte. É um conjunto de coisas que faz alguém se tornar cidadão. A educação nesses espaços deveria ser baseada exaustivamente nos direitos humanos, na ética, no respeito”.

A pesquisa foi realizada há quatro anos, mas, na opinião dos pesquisadores, é muito atual. “O documento serve como parâmetro para analisarmos as condições atuais. Se melhorou, se piorou”, destacou Augusto Amorim, da equipe de pesquisadores. Durante as visitas, a presença de policiais militares nas unidades também foi criticada. Quanto aos agentes, o relatório de visita aponta que, na época da entrevista, eles eram terceirizados e, por isso, não tinham uma formação adequada para lidar especificamente com jovens infratores. As visitas foram filmadas e fotografadas. Na unidade de Abreu e Lima, os pesquisadores flagraram a cela 12, onde ficavam confinados jovens ameaçados de morte. Travestis também costumam ser isoladas para evitar os abusos.

Segundo a direção da Funase, nos últimos quatro anos as unidades passaram por mudanças. O estado, por exemplo, selecionou professores com um perfil diferenciado para atuarem junto aos adolescentes em conflito com a lei e preparou, também, uma proposta pedagógica junto aos meninos e meninas que inclui o tema direitos humanos nas aulas. “Os professores recebem uma gratificação pelo trabalho. Em Jaboatão e Petrolina, por exemplo, 100% dos internos participam das aulas”, afirmou Nadja Alencar, da Política de Atendimento da Funase.

Outra mudança se refere aos agentes socioeducativos, que hoje são escolhidos a partir de seleção simplificada promovida pelo governo do estado. Todos passam por capacitação antes de assumirem a função. A presença da PM, diz Nadja Alencar, só é solicitada em casos de

tumulto nas unidades. “Hoje todos os diretores também são civis”, afirmou. Quanto à superlotação, a Funase afirmou ter construído novas unidades desde 2012. O excesso de internos, no entanto, ainda existe. São 1.139 vagas para abrigar 1.584 adolescentes.

Assunto: Um em cada cem bebês filhos de grávidas com zika nascem com microcefalia

Fonte: Diário de PE

Data: 16/03/2016



Verba federal de R\$ 2,2 mil por caso suspeito será repassado pelo governo federal aos estados e usado na busca ativa, transporte e hospedagem.

Estudo publicado ontem pela revista médica britânica The Lancet afirma que a microcefalia atingiu uma em cada cem grávidas infectadas pelo zika vírus no primeiro trimestre da gestação, durante um surto registrado na Polinésia Francesa entre 2013 e 2014. Para apontar o risco de 1%, pesquisadores do Instituto Pasteur de Paris se basearam no número de nascimentos durante a epidemia no território francês no Oceano Pacífico Sul. Ainda será preciso observar se as descobertas se aplicam a outros países, como o Brasil.



Pernambuco tem atualmente 1.179 notificações de microcefalia, das quais 256 estão confirmadas e 297 descartadas

Ontem, o Ministério da Saúde e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome anunciaram o aporte de R\$ 2,2 mil para cada caso suspeito, a ser repassado aos estados. O dinheiro será usado para a busca ativa dos casos, transporte, hospedagem e diagnóstico por imagem.

Os estados que não conseguirem realizar o diagnóstico e encaminhamento para os serviços de reabilitação durante a vigência da portaria terão descontados os valores pagos antecipadamente. A portaria interministerial que estabelece a Estratégia de Ação Rápida para o Fortalecimento da Atenção à Saúde e Proteção Social das Crianças com Microcefalia prevê que os estados façam a busca ativa e o encaminhamento para os serviços de reabilitação até 31 de maio. O plano também inclui instrução para solicitação do Benefício de Prestação Continuada (BPC).

O investimento total será de R\$ 10,9 milhões. “Este apoio é importante para dar celeridade ao conhecimento de cada caso. Essa é uma questão humanitária, para que as famílias saibam se seus filhos notificados estão ou não com microcefalia”, afirmou o ministro da Saúde, Marcelo Castro.

O aporte será dividido em duas parcelas de R\$ 1,1 mil por criança identificada, nos meses de março e abril. Novos casos notificados também serão incluídos na estratégia.

Pernambuco tem atualmente 1.179 notificações, das quais 256 estão confirmadas e 297

descartadas, segundo boletim divulgado ontem pela Secretaria Estadual de Saúde. O estado iniciou a busca ativa para identificar bebês que não voltaram à rede para fechamento do diagnóstico.

“Existe uma dificuldade, pois os diagnósticos precisam ser fechados. Há muitas lacunas abertas e o dinheiro poderá ser usado para trazer algumas respostas. Também será feito ajuste de fluxo para identificar as dificuldades das famílias em chegar às unidades de referência”, afirmou a coordenadora do programa de controle de dengue, chikungunya e zika de Pernambuco, Claudenice Pontes.

Segundo boletim da SES, Pernambuco tem 10,8 mil casos notificados de chikungunya, 37,7 mil de dengue - o que representa um aumento de 104% em relação ao mesmo período do ano passado, e 5,7 mil de zika.

Assunto: Eventos em Brasília fortalecem políticas públicas a favor do depoimento especial

Fonte: Childhood

Data: 16/03/2016



Nos dias 21 e 22 de março, serão realizados em Brasília, no Distrito Federal, dois eventos importantes para o avanço da proteção da infância no Brasil.

Ambas as iniciativas são resultado da articulação da Secretaria de Políticas para Criança, Adolescente e Juventude (SeCriança), com a **Childhood Brasil**, o UNICEF, o Ministério das Mulheres, Igualdade e Direitos Humanos da Universidade Católica de Brasília (UCB), bem como o The National Children's Advocacy Center do Alabama, nos EUA.

O primeiro evento – II Encontro Nacional dos Centros Integrados de Atenção à Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência Sexual – tem como objetivo a troca de experiências e a estruturação de uma plataforma de implementação dos centros integrados, que até o momento estiveram em fase de experiência no Brasil.

Já o segundo – I Seminário de Formação para Atuação Integrada ao Centro de Atenção à Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência Sexual -, visa a capacitação da comunidade e profissionais engajados na rede de proteção, seguindo o modelo do Centro de Defesa da Criança dos Estados Unidos (The NCAC).

O momento é emblemático para a causa e também para a **Childhood Brasil**, que por meio do **Programa Proteção em Rede**, tem apoiado a implementação dos Centros Integrados em todo o país e oferecido metodologias para a realização do Depoimento Especial, que consiste na normatização do direito de crianças e adolescentes de serem ouvidas em processos de crimes de violência sexual de forma diferenciada e protegida, evitando a revitimização ou revivência do trauma.

Segundo Benedito Rodrigues dos Santos, professor da Universidade Católica de Brasília e consultor da Childhood Brasil e do UNICEF, “A Childhood Brasil vai atuar em duas frentes nesses encontros: pelo viés do advocacy, trabalhando junto ao governo federal pela construção de uma plataforma de implementação dos centros integrados, o que inclui a busca

por financiamento público. E pelo viés da assessoria, orientando tecnicamente os profissionais da rede de proteção e provendo metodologias adequadas para a escuta acolhedora da criança e do adolescente.”

PARA SABER MAIS

O depoimento especial

No modelo judiciário tradicional, crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de crimes sexuais são obrigadas, durante a investigação, a contar repetidas vezes como ocorreu a agressão. O processo é doloroso, porque as leva a reviver o trauma, em média oito vezes, para relatar o mesmo caso a diferentes profissionais, muitas vezes na frente dos agressores. Para amenizar esse sofrimento e oferecer condições mais dignas às vítimas, começaram a ser implantadas no País salas adaptadas para o chamado “depoimento especial”, “depoimento acolhedor” ou “depoimento sem medo”.

Por dentro dos centros integrados

Os centros integrados são ambientes amigáveis à criança e ao adolescente, que possuem profissionais capacitados para realizar as ações de escuta da criança e do adolescente que sofreu violência sexual. Muitos desses centros possuem, além dos serviços de saúde, equipes de entrevista forense ou unidades de polícia especializadas, seções do Ministério e da Defensoria públicos e serviços de apoio psicológico. O grande benefício dos centros integrados é a maior agilidade e o cuidado na apuração dos fatos, evitando o agravamento do trauma para quem sofreu o abuso.

A importância da escuta acolhedora de crianças

Ainda hoje, são pouquíssimos os profissionais da rede de proteção da criança e do adolescente que realmente sabem ouvi-las e aqueles que o sabem, sabem-no porque passaram por experiências em que tiveram seus ouvidos e seus olhares treinados para tal.

A escuta acolhedora de crianças e adolescentes é importante pois, além de ser um procedimento ético, político e pedagógico, é uma atitude ontológica de reconhecimento da criança e do adolescente na condição de pessoas em si mesmas, em sua igualdade e em suas diferenças em relação aos adultos, conferida pela condição peculiar de seu desenvolvimento. Tal concepção é condição essencial para a ocorrência de uma verdadeira e profunda escuta da criança e do adolescente.